

## **NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS ADEQUADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL EDUCATIVA DOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.**

Lourdes Angélica Pacheco Cermeño.

*Universidade Federal do Piauí. pacheco.lourdes@yahoo.es*

### **Resumo**

Nos últimos anos, o processo de internacionalização da educação superior tem proporcionado oportunidades de se realizar estudos no exterior, o que motiva muitos estudantes a emigrarem em busca das vantagens de estudar fora. No entanto, muitas vezes não se consideram os obstáculos ou barreiras que o estudante estrangeiro terá que enfrentar, como o choque cultural, a língua e a metodologia, o que poderia atrapalhar ou mesmo impedir seus estudos. Por isso, é importante estabelecer políticas públicas adequadas que possam contribuir nesse processo de inclusão social educativa considerando a diversidade. Para consegui-lo, é preciso fazer mudanças e modificações nos conteúdos, enfoques, estruturas e estratégias com uma visão que inclua a todos os estudantes sem distinção. A inclusão educativa está relacionada ao princípio da educação para todos, e precisa de mudanças radicais na forma de pensar e desenvolver a educação nos tópicos do currículo, na atitude dos docentes e nos problemas que se apresentam dia a dia dentro das salas de aula, a fim de que todos os alunos sejam incluídos dentro das universidades.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Inclusão social, Estudantes estrangeiros.

### **Introdução**

Este texto tenta apresentar os alcances das políticas públicas no processo de inclusão social educativa dos estudantes estrangeiros no contexto das universidades brasileiras, dando ênfase às características diferenciais das estruturas sociais e seus sistemas na educação superior.

Essa cultura que tenta integrar os alunos estrangeiros traz novos costumes, expressões linguísticas próprias e novos modos de convivência social, gerando um processo de mudanças dentro das universidades brasileiras como sociedades receptoras.

Segundo a UNESCO (2005), a inclusão deve ser entendida como um processo orientado a responder a diversidade das necessidades de todos os estudantes, com o objetivo de acrescentar sua participação na aprendizagem e eliminar a exclusão educativa.

Esse processo é difícil tanto para as universidades que recebem os estudantes como para os alunos estrangeiros, que têm que se acostumar à nova cultura. Além disso, também é dificultoso para os professores e as turmas que receberão esses estudantes.

As sociedades não são homogêneas. A diversidade é considerada como uma desvantagem e uma barreira para construir sociedades homogêneas. Porém, deve-se

resguardar o direito à aprendizagem dos estudantes estrangeiros, que estão procurando melhores oportunidades e aprendizagem de qualidade. Assim, é dever das universidades receptoras gerar condições adequadas para a obtenção dos resultados que sejam favoráveis e convenientes com os objetivos educacionais.

As políticas públicas inclusivas na educação superior têm características, estruturas e fatores sociais próprios, por isso, Rawls (1997) diz que quando se formula uma política pública, se deve considerar primeiro a melhoria do bem-estar daquele que se encontra em piores condições sociais. Em outras palavras, propõe maximizar a utilidade mínima em lugar de maximizar a somatória da utilidade total da sociedade, mas isso não garante uma sociedade igualitária.

Este tema é importante porque a educação constitui uma política pública central. Ela favorece e ajuda no processo de inclusão social, como um direito que o Estado garante a todos os cidadãos, mas também como uma ferramenta fundamental na consecução das sociedades integradas, que ressaltam o sentido de pertença e solidariedade, fazendo possíveis sociedades mais igualitárias e plurais, inclusivas e democráticas, onde o sistema educativo seja percebido como útil para alcançar uma maior igualdade. Para consegui-lo, é preciso construir sistemas educativos plurais que promovam a aceitação e o respeito das diversidades geográficas, socioeconômicas, políticas, culturais, étnicas, linguísticas, sexuais e de gênero, as quais estão presentes nas nossas sociedades. Somente um sistema educativo plural poderá promover uma cultura de tolerância e respeito pelo diferente.

Nesse sentido, este artigo apresenta como objetivo geral consiste em compreender o papel das políticas públicas no processo de inclusão social dos estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras. Por sua vez, os objetivos específicos são: identificar os problemas dos estudantes estrangeiros no processo de inclusão social nas universidades brasileiras e estabelecer como funcionam as políticas públicas educativas na educação superior brasileira.

### **Metodologia**

Para realizar este artigo se fizeram entrevistas a cinco (5) estudantes africanos de Cabo Verde, assim como uma revisão bibliográfica de trabalhos feitos sobre estes tópicos. Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa e exploratória, que nos permitirá conhecer as políticas de inclusão social educativa existentes que se aplicam no âmbito das universidades brasileiras.

## Políticas públicas educativas no Brasil

A educação, em todos os níveis, mas especialmente no nível superior, é reconhecida como um caminho para obter mobilidade social ascendente e por isso tem uma demanda alta.

O marco legal desse processo foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, desenvolvida no contexto da redemocratização do país, após anos de regime ditatorial. O texto da Constituição reconhece a importância deste tema e estabelece a incorporação legal e política como um compromisso fundamental da sociedade. A partir deste momento, abre-se um amplo espaço na sociedade e na mídia para examinar a causa da diversidade e do poder público, especialmente na esfera federal, e passamos a conceber e a implementar políticas de apoio às ações institucionais nessa área.

As políticas públicas têm relativa autonomia em relação à política (política), na medida em que é necessária uma capacidade técnica para implementar as ideias concebidas por essa política. Elas também são condicionadas às heranças recebidas pelos governos, que fazem com que suas margens de liberdade sejam reduzidas (AGUILAR VILLANUEVA, 2004).

Seus limites também são estabelecidos pelo contexto em que surgem. Isto supõe uma forte contingência, tanto em termos geográficos (o que pode responder às necessidades de um país pode não ser adequado para outro), como temporário, e também aspectos relacionados às características particulares das políticas ou formas de implementação, o que pode ser central para o sucesso ou fracasso delas (STEIN *et al.*, 2006).

As políticas inclusivas têm adquirido diferentes modalidades nas instituições, sejam as já existentes ou se criando novas, como, por exemplo, as bolsas e políticas de ação afirmativas, que se aplicam pelas cotas para certos grupos que experimentaram algum tipo de discriminação e a criação dos cursos especiais destinados para certos grupos.

As políticas de ação afirmativa buscam abordar a discriminação étnica, racial, de gênero ou de local de nascimento para corrigir ou mitigar os efeitos atuais da discriminação passada (GOMES, 2001). Desde 2002, o Brasil desenvolveu políticas dessa natureza em algumas universidades estaduais.

Como outros países latino-americanos, o sistema de ensino superior brasileiro nos últimos dez anos apresentou uma forte tendência à estratificação.

As referências conceituais sobre suas formas de organização, tipos de oferta educacional e interpretação de seus papéis sociais perderam a homogeneidade e precisão. O sistema foi estratificado em diferentes modelos institucionais (diversificação), múltiplos

objetivos (diferenciação), diversidade, magnitudes e vários níveis de qualidade e prestígio. Esse fenômeno é pressionado pelo crescimento quantitativo e qualitativo das demandas educativas.

É possível observar não apenas uma enorme diversificação na tipologia de instituições e formas de transmitir ofertas educativas, mas também a produção de uma grande quantidade de leis e documentos regulatórios.

Quando o ex-presidente Lula chegou ao governo em 2003, o ensino superior ocupou um lugar privilegiado na agenda desse governo, que propôs muitas iniciativas legislativas e projetos. Estas políticas foram articuladas em torno da necessidade de expandir o TBES (significado da sigla), reduzir as desigualdades sociais que caracterizam o sistema educativo e introduzir mecanismos de promoção e inclusão ao nível social e étnico-racial (PEIXOTO, 2008).

Em relação ao setor público e aos programas de expansão, temos o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual, dentre outros objetivos, favoreceu a criação de condições para a ampliação de vagas nas instituições.

Na apresentação do Programa, a via privada é apontada como forma de ampliar a matrícula, devido à necessidade do ensino superior público de atender a alta demanda que é exercida no terceiro nível (MEC, 2007).

As universidades federais devem apresentar projetos que incluam três aspectos: flexibilidade curricular, apoio à formação pedagógica de professores, que permita o desenvolvimento de práticas pedagógicas modernas e o uso de tecnologia, e o desenvolvimento de mecanismos de inclusão, que permitam alcançar a igualdade de oportunidades no meio acadêmico, proporcionando o acesso e permanência em instituições (MEC, 2007).

O Brasil é um país com uma sociedade multiétnica e é importante ressaltar que negros e indígenas contribuíram grandemente para a formação do chamado “povo brasileiro”. Mas, também é inegável que a sociedade brasileira constituindo-se imersa em uma cultura preconceituosa das populações de origem européia em relação aos de origem africana e aos indígenas, realidade que forjou uma sociedade em que não há tanta presença de índios e negros (também mestiços e pardos) nas principais posições de destaque, ou seja, nos vários níveis de poder constituído, de setor econômico e de a formação acadêmica (LIMANA; BRITO, 2006).

No entanto, as maiores políticas de inclusão foram direcionadas a instituições privadas: entre elas, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O FIES destina-se a financiar o ensino superior de estudantes já regularmente matriculados em instituições que não são livres e que têm dificuldades em custear sua formação acadêmica. É um crédito que cobre parcialmente a mensalidade e que deve ser devolvido no final do curso, com uma taxa de juros anual entre 3,5% e 6,5%, dependendo se os cursos são ou não priorizados pelo Ministério, como treinamento para professores.

Finalmente, por sua vez, a expansão das bases sociais do ensino superior entrou na agenda do governo regional na última década, levando à formulação de políticas públicas inclusivas de integralidade variada. A noção de inclusão, parte da reavaliação da diversidade, busca também uma articulação virtuosa com as noções de mérito e excelência inerentes ao ensino superior e não desconsidera os complexos processos que ocorrem na entrada formal das instituições, a fim de garantir um trânsito bem sucedido de clientes com conhecimento e práticas não tradicionais (CHIROLEU, 2009).

### **A inclusão social dos estudantes africanos e latinos nas universidades brasileiras.**

A inclusão tem a ver com a resposta adequada a todos os aspectos da diversidade dentro da estrutura institucional, também deve ser considerada a interculturalidade como elemento a ser considerado e trabalhado no processo de inclusão social educativa.

A interculturalidade é “a atitude que, baseada no respeito pelas diferentes culturas, procura e pratica o diálogo a partir da igualdade (nem do paternalismo, nem do desprezo) e tem uma visão crítica de todas as culturas, incluindo as suas próprias” (BESALÚ, 2002, p.31). A ideia é criar conjuntamente um novo espaço, ainda inexistente, regido por novas normas, nascidas da negociação e da criatividade conjunta (CARBONELL, 1998).

Segundo Fernandez (2010), os programas de mobilidade facilitam o intercâmbio de conteúdos, metodologias e recursos, e aumentam a geração e transmissão de conhecimento.

A mobilidade estudantil significa progresso não só para o sujeito que está estudando no exterior, mas também para a sociedade em geral. Todas as iniciativas que apóiam essa causa são necessárias e bem-vindas, já que estadias internacionais não são isentas de dificuldades para os alunos.

Algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes que estudam no exterior são a linguagem, as diferenças nos estilos do processo de ensino-aprendizagem

implementados na universidade de origem e na universidade de destino e o choque cultural (ZÚÑIGA, 2009). Mas, há muito mais obstáculos diários que se enfrentam, como a busca por acomodação ou adaptação ao sistema de avaliação da universidade de destino (BELVIS *et al.*, 2007).

Rodriguez (2010) afirma que entre os principais obstáculos destaca-se a compreensão da língua estrangeira, que é essencial para os alunos, pois determina sua progressão e sucesso acadêmico.

Além disso, os alunos que fazem estadias acadêmicas em outros países tendem a se relacionar mais com estudantes estrangeiros do que com estudantes do país de destino, formando guetos (ZÚÑIGA, 2009), situação que dificulta a integração do estudante internacional ao país anfitrião.

É necessário desenvolver um novo programa transformativo relacionado à identificação de todas as formas de exclusão e barreiras nas políticas nacionais, cultura, instituições e comunidade. A transformação das instituições é fundamental para alcançar o objetivo de traduzir uma visão de desenvolvimento inclusivo em políticas concretas.

Na educação, a inclusão de qualquer grupo de alunos não irá muito longe se as escolas e os centros de aprendizagem não tiverem capacidade para responder à diversidade dos alunos. Assim, deve-se ir além do desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos.

No nível legislativo, são necessárias políticas que incentivem e apoiem ativamente a mudança para a inclusão. Precisamos examinar como a mudança se reflete nas políticas e na legislação. Os países terão que desenvolver indicadores para orientar e monitorar políticas que promovam a inclusão, identificando barreiras e procurando maneiras de reduzi-las.

No nível das escolas, a adoção de políticas de inclusão requer flexibilidade no currículo e abordagens pedagógicas, sensibilidade ao contexto local e necessidades, e o desenvolvimento de atitudes que fomentem uma cultura de equidade, justiça social e respeito ao meio ambiente e a diversidade.

Oportunidades de aprendizagem significativas devem ser fornecidas para todos os alunos dentro da sala de aula. Da mesma forma, os professores devem adquirir novas habilidades e conhecimentos, e devem ser apoiados em seus esforços.

A inclusão traz novos e significativos desafios tanto para professores em escolas regulares, os quais devem responder a uma maior diversidade de necessidades de seus alunos, como para professores especiais, que veem que o contexto e o foco de seu trabalho estão mudando. Ligada à formação de professores está a necessidade de desenvolver escolas apropriadas ante esta diversidade.



Os recursos e financiamento são questões importantes, mas o que é central não é o montante de recursos, mas como os recursos disponíveis são alocados, e as diferentes maneiras de alocar recursos podem facilitar ou dificultar a mudança para a educação inclusiva.

### **Experiência como estudante estrangeira**

Ao chegar ao Brasil para estudar um doutorado, me dei conta de que existem muitos problemas e barreiras que o aluno tem que enfrentar nesse longo caminho, como, por exemplo, a língua, pois o aluno tem que falar e escrever em uma nova língua desconhecida. Além disso, o sotaque totalmente diferente permite a rápida constatação de que o aluno é estrangeiro.

Muitas vezes, as turmas não aceitam aos estrangeiros porque pensam que eles estão usufruindo de oportunidades que deveriam ser de nativos, o que, de fato, conquistaram por meio de um processo seletivo. No entanto, o aluno estrangeiro sofre por não conhecer a cultura, tem dificuldades com a língua, com a escrita e com a metodologia que é nova e desconhecida. Em alguns casos, os alunos brasileiros não querem formar grupos com os estudantes estrangeiros, excluindo-os em sala de aula. Também vale destacar outros problemas de caráter emocional, como a saudade por estar longe de casa e as constantes tentativas de adaptação a essa nova situação.

Dentro dessa experiência, percebi que os professores não estão preparados para enfrentar essas situações, porque eles não perguntam nem tentam saber qual é o nível que esse estudante possui ao chegar a essa sala de aula com sonhos, com esperanças e desejos de querer aprender e se formar de uma maneira mais adequada. É preciso formar docentes que saibam lidar com essas novas situações, promovendo a globalização e a internacionalização da educação.

### **Resultados e discussão**

Os estudantes demonstraram certa dificuldade em relação à metodologia, ao conteúdo e à relação professor-aluno desenvolvidos no Brasil, e tiveram que se adaptar.

Embora a maior parte dos estudantes africanos falem a língua portuguesa, a linguagem e escrita, muitas vezes, se constitui como um problema a ser enfrentado pelos estudantes. “O principal desafio que tenho enfrentado é a comunicação. Apesar de falarmos a mesma língua,

alguns termos que são empregados aqui são desconhecidos para muitos de nós” (aluno entrevistado).

Finalmente, embora conhecer uma nova cultura e costumes tenha sido apontado como motivador para cursar uma graduação fora do país, também pode ser considerado um problema para alguns estudantes, os quais apontam esse desafio: “cultura, modos diferentes de encarar muitas coisas. No começo foi realmente bastante difícil, por causa do processo de adaptação à realidade contextual, naquilo que é a diferença cultural dos dois países” (aluno entrevistado).

### **Considerações finais**

É necessário dar ênfase à democratização da educação superior brasileira, além das políticas de acesso eficazes que beneficiem, em particular, os grupos tradicionalmente negligenciados. As instituições precisam fornecer medidas sustentáveis, que permitam aos estudantes de pós-graduação qualidade de permanência e acesso a postos de trabalho compatíveis com a qualificação profissional alcançada.

O “sistema de cotas” implica a reserva de uma porcentagem de vagas para um determinado grupo social que se busca promover, o qual, devido às suas características e histórico, experimentou em longo prazo situações discriminatórias; implica que todos aqueles que pertencem ao mesmo grupo competem apenas uns com os outros para obter uma vaga na instituição. Propõe-se, dessa forma, operar sobre alguns dos fatores que geram a super-representação desse grupo em instituições de ensino superior.

Uma política de inclusão educacional nas instituições universitárias e no ensino superior exige respostas sistemáticas e alternativas que respeitem as necessidades educacionais específicas das pessoas. Finalmente, o espaço educacional continua a oferecer a promessa de um universo de iguais, um ambiente privilegiado onde a cultura de um povo entra em um estado de fusão criativa em suas novas gerações (VERMEREN, 2011).

### **REFERÊNCIAS**

AGUILAR VILLANUEVA, L. Recepção e desenvolvimento da disciplina de Política Pública no México. Um estudo introdutorio. **Sociológica**, México DF, UAM Azcapotzalco, v. 19, n. 54, p. 15-27. 2004.

BELVIS, E., PINEDA, P., MORENO, M. V. A participação dos estudantes universitarios nos programas de mobilidade: fatores e motivos que a determinam. **Revista Iberoamericana de Educación**, 42, pp. 5–25. 2007.



BESALÚ COSTA, X. **Diversidad cultural y educación**. Madrid. 2002.

CARBONELL, F. **Minories culturals (i lingüístiques) a l'escola ara i aquí. Condicionants sociopolítics i reptes educatius**. In: Aznar, S., Buesa, S. Y Terradellas, M.R. (Coord.). Primer Simposi: Llengua, Educació i Immigració. Girona: Universitat de Girona. 1998.

CHIROLEU, Adriana. La inclusión en la educación superior como política pública: tres experiencias en América Latina. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 48, n. 5, Madrid, OEI. 2009.

FERNÁNDEZ, M. A mobilidade: selo distintivo do Espaço Europeio da Educação Superior. **Revista de Formação e Inovação Educativa Universitaria**, 3 (3), pp. 112-124. 2010.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO. Brasília, 2001. Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council. – Brasília. (Série Cadernos do CEJ, v. 24). Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo04/expediente.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

LIMANA, Amir e BRITO, Márcia Regina Ferreira de. Considerações sobre a Educação Superior e avaliação no Brasil. In: F. XAVIER PAUNERO (ed.) **América Latina: Documentos territoriales**. Documenta Universitária, UdG Publicacions, Girona, pp. 101-107. MEC /INEP. 2006. **Sinopse da Educação Superior**. Brasília.

PEIXOTO, María do Carmo. **Políticas de admissão ao ensino superior no Brasil. Trajetória histórica e políticas atuais**. In: SEMINARIO TALLER INTERNACIONAL POLÍTICAS Y SISTEMAS DE ADMISIÓN Y NIVELACIÓN A LA UNIVERSIDAD EN AMÉRICA LATINA: DIAGNÓSTICOS Y PERSPECTIVAS, 8 y 9 de diciembre de 2008, Quito, 2008.

RAWLS, John. **Teoría da justiça**. Buenos Aires: FCE. 1997.

RODRÍGUEZ, S. Tendências actuais na aprendizagem-adquisição das linguas estrangeiras: A didáctica do Francés lingua estrangeira (FLE). **Foro da Educação**, 12, pp. 233-253. 2010.

UNESCO. **Guidelines for inclusion**. Ensuring access to education for all. París: UNESCO, 2005.

STEIN, E.; TOMASSI, M.; ECHEBARRÍA, K.; LORA, E.; PAYNE, M. **La Política de las Políticas Públicas. Progreso económico y social en América Latina**. BID. Washington DC: David Rockefeller Center for Latin American Studies y Harvard University, 2006.

VERMEREN, P. Políticas públicas e inclusão educativa. **Revista Científica Filo**. Universidade de Buenos Aires. Argentina, 2011. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/espacios/article/download/1866/1748>>. Acesso em: 20 abr. 2018.



ZÚÑIGA, M. A mobilidade internacional dos estudantes universitarios neoleoneses. Um relato das dificuldades e as ganancias. **Revista Perspectivas Sociais**, 1-2 (11), pp. 133-154. 2009.